

Lula quer responder

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmou, nesta tarde, que o candidato a presidente da República pela Frente Muda Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, entrou com representação contra a coligação União, Trabalho e Progresso — que apóia a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Lula pede direito de resposta no horário eleitoral gratuito a ofensas de que diz ter sido vítima por parte do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Segundo a coligação que apóia Lula, Antônio Carlos Magalhães (ACM) repetiu, no programa de terça-feira, declarações feitas há cerca de dois meses segundo as quais um eventual governo de Lula "seria o caos para o País".

Ainda segundo a coligação, na entrevista de ACM, transmitida no programa intitulado *Boa Tarde, Brasil*, o presidente do Senado insistiu na sua tese.

Neste programa, Antônio Carlos Magalhães declara textualmente: "Eu disse isso mais ou menos em maio; hoje, eu diria que seria pior ainda, porque a conjuntura internacional piorou. E, evidentemente, quem não tem competência não pode dirigir o País numa época dessas. E não é só problema do Lula pessoalmente. É um problema de um conjunto de idéias que ele encarna, que está em torno dele, que são retrógradas... de maneira que seria um caos mesmo.

Graças a Deus, acredito que estamos longe do caos porque a eleição de Fernando Henrique é cada vez mais evidente".

A coligação União do Povo-Muda Brasil sustenta que "houve uma irresponsável e leviana assertiva do entrevistado" e reclama igual espaço de um minuto para responder às afirmações.

Os aliados de Lula ainda alegam que as declarações de ACM foram uma "reação indigna de um homem que ocupa um dos altos cargos no País". E entendem que as tais afirmações "foi o mote para que reafirmasse suas nefastas idéias, como também explicitasse ainda sua infeliz teoria do caos".

PUNIÇÃO

Uma outra representação foi protocolada ontem por petistas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), esta de iniciativa do deputado Chico Vigilante (PT-DF). O parlamentar pede a punição do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por uso indevido de carro oficial, a ele destinado apenas quando no exercício de suas prerrogativas funcionais.

Vigilante acusa Magalhães de ter utilizado carro do Senado para se dirigir à produtora de vídeo GW, onde gravou uma participação na propaganda eleitoral em apoio à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. A multa prevista pela Lei Eleitoral para estes casos pode variar de cinco a 100 mil Ufir.